

PROJETO DE LEI N. *363* DE *25* DE *Abril* DE 2019.

APROVADO PRELIMINARMENTE
A PUBLICAÇÃO E POSTERIORMENTE
A COMISSÃO DE CONST. JUSTIÇA
E REDAÇÃO
Em *25* / *04* / *2019*
1º Secretário

Altera a Lei nº 14.939, de 15 de setembro de 2004, que “institui o Marco Regulatório da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário”, cria o Conselho Estadual de Saneamento - CESAM e dá outras providências”

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 14.939, de 15 de setembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 57

§ 8º Poderá ser instituída “conta mínima”, baseada em quantidade mínima de consumo ou utilização do serviço, mediante critérios e requisitos fundamentados em razões de segurança sanitária das pessoas e dos ambientes em que residam ou trabalhem, cujas regras devem ser aprovadas pela entidade reguladora e fiscalizadora.
.....

§ 11 Fica vedada, em qualquer caso, a cobrança de “tarifa básica” baseada em custo mínimo fixo necessário para amortização, operação e manutenção do sistema disponibilizado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, de de de 2019.

CAIRO SALIM
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem a finalidade de alterar a Lei nº 14.939/2004 – que Institui o Marco Regulatório da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – para proibir a cobrança da chamada “tarifa básica” no serviço de fornecimento de água;

Segundo a mencionada lei, mais especificamente no § 8º do art. 57, a “tarifa básica” é definida como “custo mínimo fixo necessário para amortização, operação e manutenção do sistema disponibilizado, cujas regras devem ser aprovadas pela entidade reguladora e fiscalizadora”.

O § 8º do art. 57 da Lei nº 14.939/2004 faculta a cobrança de duas tarifas:

- a) **conta mínima:** baseada em quantidade mínima de consumo ou utilização do serviço, mediante critérios e requisitos fundamentados em razões de segurança sanitária das pessoas e dos ambientes em que residam ou trabalhem (1ª parte);
- b) **tarifa básica:** baseada em custo mínimo fixo necessário para amortização, operação e manutenção do sistema disponibilizado (2ª parte).

Atualmente, no nosso Estado, o consumidor é compelido a pagar, além do valor correspondente ao que efetivamente consumiu, a tarifa básica cujo valor é fixo, e que corresponde ao simples fato da Concessionária disponibilizar seus serviços para cada unidade consumidora.

Ocorre que o art. 57 da Lei nº. 14.939/2004 é claro ao prescrever que

Art. 57 As tarifas pela prestação dos serviços deverão basear-se no consumo efetivo ou nos serviços usufruídos pelo usuário.

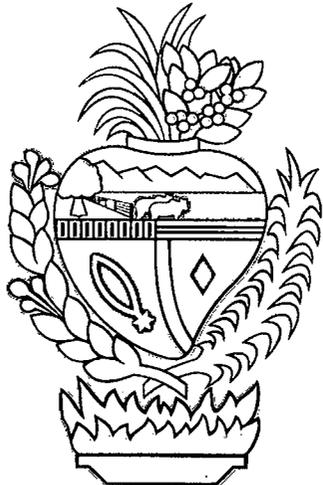
§ 1º A cobrança pelo abastecimento de água deverá basear-se na medição do consumo efetivo do usuário.

Assim, não se mostra justo ou razoável que o consumidor tenha que pagar por valores que não sejam aqueles correspondentes ao que efetivamente utilizou, tendo que “arcar” pela suposta manutenção e operação do sistema de saneamento disponibilizado pela Concessionária, cuja responsabilidade deva recair somente sobre a mesma.

Ora, tais custos operacionais não devem ser repassados ao usuário, tratando-se de obrigações inerentes ao contrato de prestação do serviço firmado com o Estado, cuja obrigação é própria da Contratada.

Desse modo, a proposição visa a exclusão da “tarifa básica” (custo mínimo fixo) da Lei nº 14.939/2004 de forma a proibir sua cobrança nas contas de água, **resguardando o direito do consumidor** de pagar pelo que efetivamente consumiu

Diante do exposto, dada a relevância da matéria, contamos com a unânime aprovação dos ilustres Pares.



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
A CASA DO POVO

PROCESSO LEGISLATIVO

2019002248

Autuação: 25/04/2019

Projeto : 363 -AL

Origem: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO

Autor: DEP. CAIRO SALIM

Tipo: PROJETO

Subtipo: LEI ORDINÁRIA

Assunto: ALTERA LEI Nº 14.939, DE 15 DE SETEMBRO DE 2004, QUE
'INSTITUI O MARCO REGULATÓRIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, CRIA O
CONSELHO ESTADUAL DE SANEAMENTO - CESAM E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS'.





PROJETO DE LEI N. *363* DE *25* DE *Abril* DE 2019.

APROVADO PRELIMINARMENTE
A PUBLICAÇÃO E POSTERIORMENTE
A COMISSÃO DE CONST. JUSTIÇA
E REDAÇÃO
Em *25* / *04* / *2019*
1º Secretário

Altera a Lei nº 14.939, de 15 de setembro de 2004, que
“institui o Marco Regulatório da Prestação de Serviços
de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, cria
o Conselho Estadual de Saneamento - CESAM e dá
outras providências”

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do
art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 14.939, de 15 de setembro de 2004, passa a vigorar com as
seguintes alterações:

“Art. 57

§ 8º Poderá ser instituída “conta mínima”, baseada em quantidade mínima de
consumo ou utilização do serviço, mediante critérios e requisitos fundamentados
em razões de segurança sanitária das pessoas e dos ambientes em que residam
ou trabalhem, cujas regras devem ser aprovadas pela entidade reguladora e
fiscalizadora.

§ 11 Fica vedada, em qualquer caso, a cobrança de “tarifa básica” baseada em custo mínimo fixo necessário para amortização, operação e manutenção do sistema disponibilizado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, de de de 2019.

CAIRO SALIM
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem a finalidade de alterar a Lei nº 14.939/2004 – que Institui o Marco Regulatório da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário -, para proibir a cobrança da chamada “tarifa básica” no serviço de fornecimento de água;

Segundo a mencionada lei, mais especificamente no § 8º do art. 57, a “tarifa básica” é definida como “custo mínimo fixo necessário para amortização, operação e manutenção do sistema disponibilizado, cujas regras devem ser aprovadas pela entidade reguladora e fiscalizadora”.

O § 8º do art. 57 da Lei nº 14.939/2004 faculta a cobrança de duas tarifas:

- a) **conta mínima:** baseada em quantidade mínima de consumo ou utilização do serviço, mediante critérios e requisitos fundamentados em razões de segurança sanitária das pessoas e dos ambientes em que residam ou trabalhem (1ª parte);
- b) **tarifa básica:** baseada em custo mínimo fixo necessário para amortização, operação e manutenção do sistema disponibilizado (2ª parte).

Atualmente, no nosso Estado, o consumidor é compelido a pagar, além do valor correspondente ao que efetivamente consumiu, a tarifa básica cujo valor é fixo, e que corresponde ao simples fato da Concessionária disponibilizar seus serviços para cada unidade consumidora.

Ocorre que o art. 57 da Lei nº. 14.939/2004 é claro ao prescrever que

Art. 57 As tarifas pela prestação dos serviços deverão basear-se no consumo efetivo ou nos serviços usufruídos pelo usuário.

§ 1º A cobrança pelo abastecimento de água deverá basear-se na medição do consumo efetivo do usuário.

Assim, não se mostra justo ou razoável que o consumidor tenha que pagar por valores que não sejam aqueles correspondentes ao que efetivamente utilizou, tendo que “arcar” pela suposta manutenção e operação do sistema de saneamento disponibilizado pela Concessionária, cuja responsabilidade deva recair somente sobre a mesma.

Ora, tais custos operacionais não devem ser repassados ao usuário, tratando-se de obrigações inerentes ao contrato de prestação do serviço firmado com o Estado, cuja obrigação é própria da Contratada.

Desse modo, a proposição visa a exclusão da “tarifa básica” (custo mínimo fixo) da Lei nº 14.939/2004 de forma a proibir sua cobrança nas contas de água, **resguardando o direito do consumidor** de pagar pelo que efetivamente consumiu

Diante do exposto, dada a relevância da matéria, contamos com a unânime aprovação dos ilustres Pares.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao Sr. Dep.(s) Lida Borges

PARA RELATAR

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 30/09/2019.

Presidente: _____ 



PROCESSO N.º : 2019002248
INTERESSADO : DEPUTADO CAIRO SALIM
ASSUNTO : Altera a Lei nº 14. 939, de 15 de setembro de 2004, que institui o marco regulatório da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, cria o conselho estadual de saneamento – CESAM e dá outras providências.

RELATÓRIO

Versam os autos sobre projeto de lei de autoria do ilustre Deputado Delegado Eduardo Prado, alterando a Lei nº 14. 939, de 15 de setembro de 2004, que institui o marco regulatório da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, cria o conselho estadual de saneamento – CESAM.

A proposição estabelece a alteração do art. 57 da Lei 14. 939, de 15 de setembro de 2004, passando a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.57.....

.....
§ 8º Poderá ser instituída "conta mínima", baseada em quantidade mínima de consumo ou utilização do serviço, mediante critérios e requisitos fundamentados em razões de segurança sanitária das pessoas e dos ambientes em que residam ou trabalhem, cujas regras devem ser aprovadas pela entidade reguladora e fiscalizadora.
.....

§11º Fica vedada, em qualquer caso, a cobrança de "tarifa básica" baseada em custo mínimo fixo necessário para



amortização, operação e manutenção do sistema disponibilizado.”

De acordo com a justificativa, a proposição visa a exclusão da “tarifa básica” da Lei nº 14.939/2004, de forma a proibir sua cobrança nas contas de água, resguardando o direito do consumidor de pagar pelo que efetivamente consumiu.

Essa é a síntese da proposição em pauta.

Ao analisarmos o presente projeto de lei, verificamos que o mesmo encontra-se amparado pelo que preceitua a Constituição Federal, tendo em vista que atribui competência concorrente para os Estados legislarem sobre proteção e defesa dos consumidores (art. 24, inciso VIII, da Constituição Federal).

Registra-se que o presente projeto tem por objetivo alterar a Lei nº 14.939, de 15 de setembro de 2004, que institui o marco regulatório da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, cria o conselho estadual de saneamento – CESAM.

Assim, analisando a proposição em pauta, verifica-se que ela é compatível com o sistema constitucional vigente, tendo em vista que foram observadas, neste caso, as normas que regem essa matéria.

Por tais razões, **somos pela constitucionalidade e juridicidade** da presente propositura. É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em 30 de Abril de 2019.


Deputada LÉDA BORGES
Relatora



COMISSÃO DE CONTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprova o pedido de VISTA
ao(s) Sr. Deputado(a) (s): Bruno Pereira

PELO PRAZO REGIMENTAL

Sala das Comissões Deputado Sólon Amaral

Em 04 / 06 /2019.

Presidente: _____